

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM**  
**CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE TÉCNICO JUDICIÁRIO**  
**EDITAL Nº 3 – TRT 7ª, DE 28 DE AGOSTO DE 2017**

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO (TRT 7ª REGIÃO), em atenção à Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, torna pública a **inclusão** da disciplina Direito das Pessoas com Deficiência nos objetos de avaliação de conhecimentos básicos para todos os cargos/áreas/especialidades de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário, constantes dos subitens 13.2.2 e 13.2.3 do Edital nº 1 – TRT 7ª, de 23 de agosto de 2017, conforme a seguir especificado.

[...]

**13.2.2 CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS/ESPECIALIDADES DE ANALISTA JUDICIÁRIO**

[...]

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** 1 Resolução CNJ nº 230/2016. 2 A constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência. A política nacional para a integração das pessoas com deficiência; diretrizes, objetivos e instrumentos. 3 Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações. As responsabilidades do Poder Público. Educação. Saúde. Formação profissional e do trabalho. Recursos humanos. Edificações. A criminalização do preconceito. As categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla. 4 Lei nº 10.048/2000 e suas alterações (Prioridade de atendimento) posteriores. Lei nº 10.098/2000 e suas alterações (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida). 5 O Decreto nº 5.296/2004 e suas alterações. 6 Reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. Acesso à justiça. O Ministério Público. 7 Lei nº 13.146/2015.

[...]

**13.2.3 CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS/ESPECIALIDADES DE TÉCNICO JUDICIÁRIO**

[...]

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** 1 Resolução CNJ nº 230/2016. 2 A constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência. A política nacional para a integração das pessoas com deficiência; diretrizes, objetivos e instrumentos. 3 Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações. As responsabilidades do Poder Público. Educação. Saúde. Formação profissional e do trabalho. Recursos humanos. Edificações. A criminalização do preconceito. As categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla. 4 Lei nº 10.048/2000 e suas alterações (Prioridade de atendimento) posteriores. Lei nº 10.098/2000 e suas alterações (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida). 5 O Decreto nº 5.296/2004 e suas alterações. 6 Reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. Acesso à justiça. O Ministério Público. 7 Lei nº 13.146/2015.

[...]

MARIA JOSÉ GIRÃO  
Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região